FRANZ NEUMANN E O NAZISMO COMO A DESTRUIÇÃO DO ESTADO

FRANZ NEUMANN AND NAZISM AS THE DESTRUCTION OF STATE

DIOGO RAMOS

(UFSC / Brasil)

RESUMO

Apresentamos no presente artigo a tese de Franz Neumann segundo a qual não teria havido propriamente um Estado na Alemanha nacional socialista. Apesar de hoje relativamente pouco conhecido, Neumann foi um importante teórico do direito da chamada Escola de Frankfurt e membro ativo da promotoria dos julgamentos de Nuremberg; sua principal obra, *Behemoth: estrutura e prática do nacional socialismo*, publicada já em 1942, é o primeiro tratado sistemático sobre o tema, muito influente sobre diversos estudos posteriores, e de uma riqueza de intuições ainda hoje relevante. Neumann desenvolve sua tese sobre a inexistência de um Estado nacional socialista a partir de seus estudos sobre o desenvolvimento do império da lei e da soberania na modernidade, características fundamentais do chamado *Rechtsstaat*, e que lhe permite concluir ser o regime nazi algo muito mais próximo do Beemote hobbesiano do que de seu Leviatã. Por isso, apresentamos na primeira parte deste trabalho sua discussão sobre o Estado e o direito modernos, para só na segunda parte discutir propriamente sua compreensão do nazismo.

Palavras-chave: Franz L. Neumann; Estado; Nazismo; Direito.

ABSTRACT

We introduce in this paper Franz Neumann's thesis according to which there wasn't a real state in Nazi Germany. Despite today being relatively little known, Neumann was an important thinker of law from the Frankfurt School and an active member of Nuremberg trials' prosecution; his main book, *Behemoth: structure and practice of National Socialism*, first published in 1942, is the first systematic treatise on the subject, very influential on various posterior studies, and rich of intuitions still relevant today. The author sustains his thesis of the absence of a National Socialist state based on his studies on the development of the rule of law and of sovereignty in modernity, two fundamental characteristics of the so called *Rechtsstaat*, which permits him to conclude that the Nazi regime is something much closer to Hobbes' Behemoth than to his Leviathan. Because of this, we present in the first part of this paper his discussion of the modern state and right, to only in the second part discuss properly his interpretation of Nazism.

Keywords: Franz L. Neumann; State; Nazism; Right.

Quando Hitler invadiu a União Soviética em maio de 1941 o manuscrito *Behemoth: estrutura e prática do nacional-socialismo* já estava pronto, e, alguns meses depois, quando o ditador alemão se viu forçado a declarar guerra aos Estados Unidos, sua editoração estava em pleno curso; com isto é possível ver a precocidade desta obra monumental de Franz Neumann,¹

que, nada obstante, viria a se tornar um dos principais tratados sobre o nazismo, influenciando vasto número de posteriores estudos sobre o assunto. Publicado já em 1942, *Behemoth* é uma obra ao mesmo tempo precoce e fecunda, pois, se Neumann ainda não tinha visto até onde a insânia nazi conseguiria chegar, por outro lado, em sua discussão a memória de Weimar está fresca como em nenhuma das investigações posteriores. É visível a influência de Weber, Kelsen e Schmitt, do marxismo revolucionário e da social-democracia, entre o grande número de autores e temas aos quais se refere neste e noutros textos seus. Por isso seu livro não se limita a um simples tratado sobre o regime nazista, mas carrega toda uma teoria filosófica sobre a natureza do Estado e do direito em suas múltiplas relações com a sociedade moderna. Neumann consegue ser ao mesmo tempo contemporâneo e especulativo.

Dado este caráter seu, antes de nos entretermos com sua descrição do regime nazi, esboçaremos sua compreensão mais geral a respeito do Estado e do direito modernos, que lhe permite defender a polêmica tese da inexistência de um governo legal, e destarte do direito e do Estado propriamente ditos, na Alemanha nacional socialista. Por isso, na primeira parte de nosso trabalho esquematizamos a discussão de Neumann a respeito do Estado moderno por meio de quatro temas frequentes em seus escritos: na primeira seção, tematizamos a questão do conflito entre soberania e segurança, tendo como figura central Hobbes; na segunda seção, tomamos Hegel para debater mais propriamente a questão da liberdade, em seus múltiplos aspectos; na terceira seção, retomamos o antagonismo entre direito e soberania, agora sob o mote do *Rechtsstaat* e sua intrínseca relação com a legalidade; por fim, na quarta seção, trazemos à tona o modo como Neumann pensa a relação do direito com o capitalismo, realçando seu debate com Pollock e os demais frankfurtianos nos idos anos 1940, período fertilíssimo daquele grupo. Na segunda parte de nosso trabalho, apresentamos os traços gerais da sua descrição do regime nacional socialista, e os motivos pelos quais julga ser apropriado descrevê-lo como uma espécie de neobarbarismo ascendente, que contraria boa parte dos ideais políticos modernos: na primeira seção desta parte, tematizamos o modo como a ideologia nazi se relaciona com o imperialismo; na segunda, mostramos a transformação nacional socialista do pensamento em propaganda, em sua conjunção com o terror como bases sobre as quais o regime se sustenta; finalmente, na terceira seção, apresentamos sua tese sobre a inexistência de um Estado, ou mesmo do direito, naquele regime.

Mesmo que o leitor não se convença desta associação do nazismo ao Beemote hobbesiano e à barbárie à moda clássica, consideramos que, mesmo assim, Neumann merece um maior reconhecimento do que sua atual obscuridade lhe oferece, por poucos terem sido os autores que conseguiram fazer uma teoria crítica do direito, mesclando erudição teórica com sensibilidade e atividade política, num momento tão expressivo da história mundial. O fato de ter conseguido reunir ciência política, teoria do direito e marxismo, numa forma perspicaz e articulada, deveria abrir-lhe um maior espaço entre os referenciais teóricos do debate contemporâneo. Também por isso, não pretendemos abordar exhaustivamente quaisquer dos muitos tópicos aqui mencionados, mas apenas apresentar um panorama geral de sua discussão a fim de divulgar seu pensamento. Se o leitor chegar ao final desta leitura curioso com algumas de suas teses, considerar-me-ei bem sucedido.

O que é isto, o Estado?

Primeiramente, uma nota quanto à divisão desta parte: a dita mescla de Hobbes, Hegel, *Rechtsstaat* e marxismo não está deste modo expressa nos textos de Neumann; sendo mais um esquema nosso, que julgamos adequado para apresentar sua complexidade. Em Hobbes vemos a tensão entre segurança e soberania; em Hegel, a relação ambivalente dos ideais iluministas com o estado de coisas presente; no *Rechtsstaat* alemão, a generalidade formal da legalidade e a dicotomia entre razão e vontade; e no marxismo, finalmente, o caráter mercantil da mescla. O interessante é que o próprio Neumann às vezes sugere algo como o rompimento de uma tradição ocidental pelo nazismo (por ex., NEUMANN, 2009, pp. 37–8, 198) — por isso enfatizaremos este aspecto seu, mencionando a variegada gama de filósofos modernos, com sua diversidade de faces e gostos, e suas respectivas ênfases diversas, como expressões dos múltiplos aspectos desta tradição. Não hesitaremos em chamá-los todos de liberais, *lato sensu*, tanto por causa do amplo uso nazi deste termo, importante para as reflexões de Neumann, quanto pela dificuldade de tradução da expressão alemã *Rechtsstaat*, que ora Neumann traduz por Estado de direito, ora por Estado legal, ora por império da lei, ora por Estado liberal, ora simplesmente por... liberalismo. Também por este motivo o autor não destaca Kant como o fundador deste ideal (ao contrário de outros estudiosos do tema), preferindo ver já nos seus antecessores de língua inglesa a sua presença. O *Rechtsstaat* é a versão alemã do *Rule of Law* da tradição constitucional americana e

da supremacia parlamentar inglesa baseada no governo do direito e das leis (NEUMANN, 1969, p. 53). Contudo, se falaremos nesta tradição filosófica perpassante, denominando-a de liberalismo, não é para ignorar os diversos conflitos e modulações que ela comporta, mas para realçar a sua incompatibilidade com o nazismo, uma das principais teses de Neumann.

Mas o que é isto então, o Estado? Para descrevê-lo, olhemos a mescla que o compõe.

Hobbes: segurança e soberania

Uma das características mais significativas do autor é sua defesa da soberania. Ao contrário de certa tendência contemporânea de rechaçá-la completamente (já presente, por exemplo, em seu orientador e amigo, Harold Laski, que defendia um “pluralismo democrático” contra a soberania), Neumann insiste na sua importância como instrumento de combate a grupos poderosos, ciosos em perseguir interesses exclusivos. Na análise que faz, não só a soberania teve um importantíssimo papel na ruptura do feudalismo com seus privilégios, como também a República de Weimar viu seus mecanismos democráticos serem questionados pelos estratos mais privilegiados da população. Como veremos adiante, Neumann vê no regime nazi uma dissolução quase que completa da soberania. Por isso, há certa defesa de Hobbes em seus textos, que, com sua guerra de todos contra todos, é de relativa relevância para o seu debate em torno do nazismo.

De qualquer forma, uma tensão intrínseca ao liberalismo é tematizada no conflito entre segurança e soberania:

[...] qualquer teoria política na qual o Estado seja central e dominante e encarregado com a guarda dos interesses universais está de acordo com a tradição da civilização ocidental, não importa quão liberal esta tradição possa ser. A tradição ocidental não vê o Estado como uma maquinaria opressiva oposta aos direitos do homem, mas como uma entidade vigiando pelos interesses do todo e guardando estes interesses contra infrações por grupos particulares. A soberania do Estado expressa a necessidade de segurança, ordem, lei e igualdade diante da lei [...] (NEUMANN, 2009, p. 50).

A soberania estatal, isto é, a primazia e unidade do Estado diante de toda e qualquer outra organização humana, é a condição necessária para a paz e segurança social. Sem um Estado forte, capaz de barrar grupos que pretendam se sobrepor ao conjunto da sociedade, impondo a ela seu interesse exclusivo, as pessoas não têm como ter qualquer garantia do respeito aos seus direitos.

Igualmente, pelo outro lado, se tal poder soberano deve existir, deve sê-lo exatamente para garantir uma tal defesa da sociedade.

Por mais que Hobbes enfatizasse o caráter absolutista e a necessidade de um poder irrestrito do soberano, sua justificação ainda assim era inequívoca, pois estava invariavelmente ligada à defesa da “liberdade de comprar e vender e de outro modo contratar uns com os outros; de escolher sua própria casa, sua própria dieta, sua própria profissão e de instruir seus próprios filhos como melhor parecer” (HOBBS, 2008, cap. 21; NEUMANN, 2009, pp. 459–60). Às vezes se pretende contrapor ao poder absoluto do Estado hobbesiano o Estado “mínimo” (se assim podemos chamar) de Locke, sem perceber que também o Estado hobbesiano é um Estado “mínimo”, pois ele não tem quaisquer deveres de promover a saúde ou a educação, por exemplo, de seus súditos; seu dever nada mais é que dar segurança às pessoas para que elas possam fazer o que elas fazem: isto é, contratar. Talvez a alfabetização para isso seja necessária, mas nada além disso, nada que se compare a um programa de “formação plena” ou que se justifique em termos mais positivos além da defesa da “liberdade negativa”. Não se deve confundir o “minimalismo” do Estado liberal com fraqueza:

O Estado liberal tem sempre sido tão forte como exigia a situação política e social e os interesses da sociedade. Tem participado de guerras e tem esmagado greves. Com a ajuda de fortes armadas tem protegido seus investimentos, e com a de poderosos exércitos tem defendido e aumentado suas fronteiras, como também tem restaurado “paz e ordem” com a ajuda de sua polícia. Tem sido um Estado forte precisamente nas áreas em que tinha que ser forte e que desejava sê-lo. (NEUMANN, 1969, p. 31).

Por seu lado, Locke sabe muito bem que o próprio homem é a causa do mal e pode corromper-se, de modo a ser necessário o uso da força para corrigir sua perversão e fazê-lo retornar à sua bondade natural. Apesar do termo “soberania” não aparecer em seus escritos, ainda assim esta ideia permanece presente sob o nome de “prerrogativa”, isto é, o “poder de agir discricionariamente em vista do bem público na ausência de um dispositivo legal, e às vezes mesmo contra ele” (LOCKE, 1994, §160), que, de acordo com Neumann, se torna ainda mais importante no “poder federativo” para a condução dos assuntos externos, incapazes de serem estabelecidos simplesmente em normas gerais abstratas (NEUMANN, 1969, p. 33). Somente um poder soberano pode servir de juiz imparcial para as disputas entre os particulares e tornar o

direito efetivo, e somente ele pode ter a força necessária para assegurar a defesa e promoção do bem comum.

É bem verdade que Hobbes, principalmente em alguns textos como o *Leviatã*, carrega as tintas na belicosidade do estado natural do homem, mas o faz para alertar seus contemporâneos contra a ameaça iminente da guerra civil, o grande mal por todos reconhecido. Neumann reconhece a importância da variação entre a posição mais liberal (*stricto sensu*) e otimista da natureza humana, de Locke, e a posição mais absolutista e pessimista, de Hobbes, mas crê que uma teoria como a de Locke, na medida em que pretende restringir a soberania, “é compreensível e só tem significação se o monopólio das forças coercitivas do Estado não for mais posto em dúvida, de modo que restrições sobre a soberania não mais levem à sua desintegração” (NEUMANN, 1969, p. 202). Pelo mesmo motivo, Neumann também faz notar que foram justamente os intelectuais da classe média que fomentaram o conceito de soberania, pois, juntamente com a fundamentação da propriedade no trabalho, foi um ótimo instrumento para lutar contra a aristocracia feudal então vigente na Europa; o autor chega inclusive a sugerir que é possível ler a Revolução Francesa não tanto como uma revolta do povo contra o abuso do poder pela monarquia, mas como mais justamente uma reação sua frente à incapacidade monárquica de se sobrepor à aristocracia (NEUMANN, 1969, loc. cit.), em especial ao comércio de cargos públicos por ela praticada (NEUMANN, 1969, pp. 120 e ss.). Aquela “monarquia temperada por venalidade” era muito fraca para efetivamente combater a apropriação da coisa pública por grupos particulares.

De todo modo, muito facilmente na modernidade se identificou a soberania com o poder monárquico, esperando-se assim do monarca o cumprimento do papel de defesa do bem comum contra os interesses exclusivistas da sociedade. Por isso muitos liberais (como, por exemplo, os alemães) frequentes vezes abriram mão da democracia, ao encontrar nas monarquias já constituídas uma mínima proteção da liberdade. Que os reis devessem cumprir sua função colocando os pingos nos is e salvaguardando a constitucionalidade das leis, era a condição para sua permanência numa época em que não mais eram aceitas justificações teológicas ou militares para o poder político.

Hegel: direito e liberdade

Se por um lado Hobbes expressa bem o caráter mais imediatamente policialesco e coercitivo do Estado, ao enfatizar a necessidade da soberania para a proteção da sociedade, podemos tomar Hegel como expressando mais bem seu caráter mais propriamente normativo, promotor da liberdade; pois Neumann elabora em seu ensaio *O Conceito de Liberdade Política* (NEUMANN, 1969, pp. 178–222) uma teoria triádica da liberdade algo análoga à estrutura da *Filosofia do Direito* hegeliana, distinguindo três “elementos” da liberdade (um jurídico, um cognitivo e um volitivo), para assim defender ao mesmo tempo o ideal da legalidade, o da conduta racional (no sentido humanista tradicional) e o da democracia. Parece-me haver uma associação do elemento jurídico com o direito abstrato hegeliano, do elemento cognitivo com a moralidade, e do volitivo com uma eticidade democrática. De qualquer forma, como veremos mais à frente, o regime nazi teria aniquilado completamente todos os três elementos da liberdade.²

Apresentaremos o “elemento jurídico” da liberdade na próxima seção, por ser-nos de maior interesse. O “elemento cognitivo”, apesar de mais saliente nos autores iluministas, de acordo com Neumann, tem uma longa trajetória na história da filosofia: o primeiro a reconhecer e defendê-lo expressamente teria sido Epicuro, quando em sua luta contra a superstição propunha o conhecimento da natureza, de seus mecanismos e leis, para combater o temor de deuses arbitrários e vingativos; Espinosa teria trazido esta ideia para o interior da natureza humana, ao defender que o homem se torna livre quando conhece seus próprios mecanismos e leis afetivos; e por sua vez Freud seria um dos mais novos herdeiros desta tradição, ao defender em sua pesquisa, por exemplo, que o instinto de agressividade é uma consequência da ansiedade, que por sua vez é produzida pela inocência/ignorância. Como Adorno chegou a defender, contra a personalidade autoritária e fascista o conhecimento é o melhor remédio. Uma peculiaridade da discussão de Neumann sobre a relação do conhecimento com a liberdade, frente ao modo pelo qual a abordaram Horkheimer e Adorno na *Dialética do Esclarecimento*, é que Neumann não enfatiza tanto a oposição da liberdade com o domínio adquirido sobre a natureza (interna e externa) com a evolução do conhecimento, pois, justamente por a natureza poder ser crescentemente manipulada, nós não mais estamos tão submetidos à sua mercê; podemos corrigi-la na medida em que se demonstre destrutiva. Os progressos do conhecimento, da ciência e da técnica efetivamente contêm um potencial emancipador.

Ao discutir este “elemento cognitivo” da liberdade, Neumann o distingue de um “elemento volitivo”. (Creio poder dizer que Isaiah Berlin identifica ambos como “liberdade positiva”). O elemento volitivo deve-se a que “nem Deus nem a história”, mas somente os próprios esforços dos homens os podem libertar. De acordo com o autor, a democracia é o sistema político onde este elemento encontra propriamente sua expressão, de modo que, se não o distinguirmos do elemento jurístico, “não poderemos defender a democracia como um sistema político onde, supostamente, melhor se defende a liberdade política, e que a monarquia constitucional poderia então ser uma instituição tão boa se não melhor do que ela” (NEUMANN, 1969, p. 205). Por isso devemos distinguir os múltiplos aspectos presentes na liberdade, sem reduzi-la a um ou outro de seus elementos, como infelizmente frequentes vezes se faz. É neste sentido que o autor interpreta a crítica hegeliana à concepção liberal mais convencional de liberdade:

A liberdade, no sentido legal, tem um significado exclusivamente negativo. É apenas a “ausência de compulsão externa” (Hobbes). Essa “liberdade negativa ou esta liberdade como concebida pela mente é unilateral; mas tal condição sempre contém em si mesma uma determinação importante. Portanto, não deve ser desprezada. A inconveniência da mente é, no entanto, que ela promove uma determinação unilateral a uma que se torna exclusiva e dominante” (Hegel, *Filosofia do Direito*, §5, supl.). (NEUMANN, 1969, p. 40).

Não se deve restringir-se a uma dicotomia irreconciliável entre uma liberdade negativa e outra positiva, mas sim reconhecer a necessidade de seus múltiplos aspectos. Como quer que seja, o terceiro elemento da liberdade é este seu caráter jurístico ou legal, que é essencialmente ausência de restrições, e se realiza mais adequadamente na generalidade da lei, pois, como veremos, “a afirmação de Voltaire de que a liberdade significa dependência em nada a não ser na lei só faz sentido se a lei tem um caráter geral” (NEUMANN, 2009, p. 444).

Rechtsstaat: forma e legalidade

Não só a apropriação nazi-fascista de Hegel, como também o ataque nazi à ideia da legalidade precisava ser combatido. Era parcialmente em Hegel que os ideólogos nazistas buscavam a justificação teórica da supressão da formalidade legal, pois, em substituição à abstração da “pessoa jurídica”, a “personalidade concreta” da filosofia hegeliana era por eles

utilizada para atacar o direito em seu caráter negativo, formal. Em contraposição a esta atitude Neumann é inequívoco:

A igualdade diante da lei é meramente formal ou negativa, é verdade, mas ela contém uma garantia mínima de liberdade e não deve ser descartada. Ambas as funções da generalidade da lei, calculabilidade do sistema econômico e garantia de um mínimo de liberdade e igualdade, são igualmente importantes; não apenas a primeira, como as teorias do Estado totalitário mantêm. Se for aceita sua tese de que a generalidade da lei não é nada mais do que um modo de satisfazer as necessidades da livre competição, então é inevitável a conclusão de que a substituição da livre competição pelo capitalismo de Estado organizado requer a substituição da generalidade da lei, do judiciário independente e da separação dos poderes pelo comando do Líder e por princípios genéricos [*Generalklauseln*] (NEUMANN, 2009, loc. cit.).

Se a legalidade tem algum caráter emancipatório é justamente devido à sua formalidade, pois ela não só restringe o poder decisório do soberano ao exigir igual tratamento de todos, como também garante certa mobilidade social. “A realização duradoura do liberalismo foi ter libertado os juízos legais de avaliações morais”, pois “uma identidade da lei e da moral só pode ser mantida em uma sociedade plenamente homogênea”, numa sociedade antagonística, como a nossa, “uma alegada identidade entre os dois sistemas normativos é meramente um modo de aterrorizar a consciência do homem”. Ainda mais, justamente por sua generalidade não poder se restringir a casos particulares, mas ter de se referir sempre a um número indefinido deles, não só privilégios pessoais como também leis retroativas são de princípio obstadas. Como dizia Benjamin Constant, uma lei retroativa não é uma lei, já que ela tanto anula a previsibilidade do sistema legal (e assim qualquer segurança que o direito possa assegurar à sociedade), quanto tem como referência um número definido de casos passados: nada mais é, pois, que uma medida individual disfarçada. Isto significa que não é uma lei autêntica qualquer ato soberano sob forma de generalidade, mas apenas aquele contendo um conteúdo ao mesmo tempo geral e definido, diferentemente das referências à “boa moral” ou aos “salutares sentimentos populares” típicas dos “princípios genéricos” frequentes nos decretos nazis. Como consequência, a lei autêntica contém em sua estrutura formal já certo conteúdo substantivo: além da proibição da retroatividade, a “lei geral que é definida de tal maneira garante ao juiz um mínimo de independência porque não o subordina às medidas individuais do soberano”, impedindo-o de se tornar um mero agente de polícia e incentivando a separação de poderes (NEUMANN, 1969, pp. 38–9; NEUMANN, 2009, pp. 441–2).

Esta ênfase liberal na generalidade da lei, de acordo com o autor, está estreitamente vinculada à doutrina da separação dos poderes, dada a clara necessidade de distinção dos seus momentos de formulação e aplicação. Por isso tal doutrina foi muito frequentemente defendida; muitas vezes ao ponto mesmo de ser dita *o* baluarte fundamental da liberdade, tornando a constituição uma espécie de “fetiche” liberal (NEUMANN, 1969, p. 159). Contudo, não é tanto simplesmente a separação de poderes a melhor proteção da liberdade, já que, como bem notou Bentham em sua crítica a Montesquieu, de nada adianta o poder estar dividido entre algumas poucas pessoas se estas poucas pessoas fizerem parte de um pequeno e mesmo grupo social, podendo assim conspirar. Ao contrário, a liberdade estará mais bem protegida se o poder for difundido por toda a sociedade: quer dizer, a democracia é sua melhor proteção (NEUMANN, 1969, p. 154).

Que haja, porém, tal aposta na constituição e na simples separação dos poderes é compreensível, dada a contradição realmente existente entre a soberania e o direito. Segundo Neumann, na modernidade emergiu uma oposição dificilmente conciliável entre vontade e razão, que anteriormente (no tomismo, por exemplo) não era reconhecido. Tal dualismo se expressa de muitas formas no âmbito jurídico (como conflito entre direito objetivo e subjetivo, positivo e racional, político e natural etc.) e de fato torna insegura e incerta sua racionalidade:

A antítese de soberania e direito corresponde a dois diferentes conceitos de direito: um político e outro racional. Em um sentido político, cada medida do poder soberano, qualquer que seja o seu conteúdo material, constitui a lei [...]. A lei é *voluntas* e nada mais. Até onde uma teoria legal aceitar esse conceito político de lei, pode ser chamada de uma teoria “decisionista”. Há, no entanto, também o conceito racional de direito que não tem base na fonte do direito, e sim no seu conteúdo material. O direito e a lei não são apenas representados pelas medidas do soberano e assim também não são somente elas que são leis. O direito aqui é uma norma que é inteligível e que contém um postulado ético que é frequentemente o da igualdade. O direito, então, é *ratio* e não necessariamente *voluntas* ao mesmo tempo (NEUMANN, 1969, p. 35).

O apelo a um direito racional pode, por isso, servir de instrumento na luta contra o poder soberano constituído, tido como irracional e violento, tal qual a vontade. Contudo, tal apelo pode também ter o sentido inverso, conservador. Neste último sentido alguns autores chegaram a descartar completamente o caráter “decisionista” do Estado para fundar uma teoria do *Rechtsstaat* meramente formal. Assim o fez J. Stahl, “o fundador da teoria da monarquia prussiana”, que dizia não importarem para a definição do *Rechtsstaat* “os objetivos do Estado,

mas apenas seus métodos para sua realização”. Em sua esteira seguiram os liberais alemães, que, ao contrário da burguesia inglesa, abriram mão completamente da participação política e justificaram sua submissão àquela monarquia, por meio do apelo à pura formalidade legal, para poder assim partilhar dos benefícios da sua política imperialista (NEUMANN, 1969, p. 157). É “compreensível que essa teoria tenha sido elaborada por uma monarquia conservadora, mas a sua adoção pelos liberais apenas expressa o colapso do liberalismo político alemão” (NEUMANN, 1969, p. 188). Nas mãos de Kelsen, com sua “ciência pura da lei”, tal atitude viria a ter um efeito desastroso:

A ciência pura da lei [...] partilha dos defeitos do positivismo lógico e de toda outra “ciência pura”: é virginal em sua inocência. Ao descartar da discussão todos os problemas do poder político e social, ela abre o caminho para o decisionismo, para a aceitação de decisões políticas não importa de onde originem ou quais seus conteúdos, desde que tenham poder suficiente atrás de si. A ciência pura da lei fez tanto quanto o decisionismo para solapar qualquer sistema valorativo universalmente aceitável (NEUMANN, 2009, p. 47).

Apesar da insistência de Kelsen na validade única do direito positivo ter um “impacto crítico e uma força desmascaradora”, ao impedir o encobrimento de demandas políticas e sociais com o “manto do direito”, mesmo assim sua teoria é “relativista e mesmo niilista”, o que preparou o terreno para a aceitação do decisionismo e o desmantelamento da democracia. É compreensível que Hitler tenha podido continuar na arena política (com a devida ajuda da direita conservadora prevacente no judiciário de Weimar) simplesmente renegando seu *putschismo* e jurando não abolir a constituição — o que cumpriu prontamente, pois ele podia ter qualquer coisa, menos uma inocência virginal. A “norma sem vontade” de Kelsen é irmã gêmea da “vontade sem norma” de Schmitt.

Por seu turno, os comunistas alemães bem ajudaram a “tese antidemocrática” ao persistirem denunciando a constituição como um véu para a exploração capitalista. Contudo, se não fossem tão presos a fórmulas dogmáticas, teriam visto que, “como uma questão de fato, a constituição de Weimar não escondia nada. Seu caráter comprometido, a barganha de interesses, o status independente da burocracia do *Reichswehr* e o papel abertamente político do judiciário eram claramente discerníveis”. Que isto assim fosse, nada obstante, não invalida o ideal liberal (*rechtsstaatlich*, legal, constitucional), pois ele, mesmo assim, contém um universalismo cuja “função ética” não deve ser desprezada.

Marxismo: direito e capitalismo

Ao mesmo tempo em que Neumann reconhece a ascensão do Estado e do direito modernos como intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo, persiste porém em defendê-los contra os ataques antiliberais, já que, segundo alega, têm também o potencial real não só de proteção da liberdade como também de instrumento de justiça social (NEUMANN, 1969, p. 159), de modo a ser mais proveitoso combater as forças que promovem seu uso contrário. Não é necessário o comprometimento entre direito e capitalismo, já que um pode se tornar independente do outro. Por um lado é possível uma abolição ou regulamentação da propriedade privada dos meios de produção (NEUMANN, 1969, pp. 203–4); por outro, a ascensão do nazismo consolida uma nova forma do capitalismo, agora capaz de dispensar o *Rechtsstaat*.

Contudo, de fato a formação do direito liberal está intimamente ligada ao surgimento do capitalismo, em sua forma clássica, ou seja, competitiva ou liberal (NEUMANN, 2009, p. 100). Próximo à doutrina weberiana, Neumann defende ser a peculiaridade do capitalismo clássico, e pressuposição do direito liberal, a existência de uma pluralidade de agentes independentes, mas em relativa situação de igualdade, de modo a ser necessária para suas coexistências uma estrutura legal na qual possam se justificar as expectativas do cumprimento dos mútuos acordos. Como dizia Hegel, contrato é o meio pelo qual “eu possa ser proprietário não somente por meio de algo e de minha vontade subjetiva, como também por meio do desejo de outrem, e portanto de comum acordo” (HEGEL, 1996, §71), sendo destarte essencial para a existência da propriedade (NEUMANN, 1969, pp. 40–1). Por sua vez, para o contrato existir é necessário todo um sistema jurídico que torne previsíveis as ações dos participantes e assim lhes dê segurança de seu cumprimento. Mas para que isto ocorra o Estado e o direito têm de ter um caráter bem específico:

A tarefa primária do Estado é criar um sistema legal que garanta a satisfação dos contratos. A expectativa de que os contratos serão satisfeitos deve ser calculável. Quando há muitos competidores de força aproximadamente igual, as leis gerais são necessárias para a previsibilidade. Estas leis devem ser suficientemente específicas nas suas abstrações para limitar o arbítrio do juiz tanto quanto possível. O juiz não deve depender de princípios genéricos. Quando o Estado interfere com a liberdade e propriedade, a interferência deve ser calculável. Não pode ser retroativa, pois senão ela anularia expectativas já existentes. O Estado não deve interferir sem lei, senão a interferência não seria previsível. A interferência por meio de medidas individuais é intolerável por destruir a igualdade básica dos competidores. Finalmente, o juiz deve ele mesmo ser independente, quer dizer, os vários poderes no Estado devem ser completamente separados (NEUMANN, 2009, p. 443).

Idealmente, tal Estado tem de ser aquilo que Lassalle certa vez chamou de um “Estado guarda-noturno”: ele “deve funcionar de maneira imperceptível e deve ser realmente negativo”; ele não deve “agir” propriamente ou ter iniciativa, mas apenas aplicar as leis a fim de garantir o cumprimento dos contratos, que são as atividades e relações sociais básicas. Quem age e tem iniciativa são as pessoas, seja ao contratar entre si, seja ao participar na formulação das leis que regerão seus contratos. A política é destarte fundamentalmente a atividade legislativa (quicá parlamentar), de formulação do arcabouço geral no qual ocorre a atividade social. Restrito a estes aspectos, o liberalismo assume uma feição fundamentalmente econômica, e não política.³

De todo modo, com o desenvolvimento da economia o direito liberal começa a se flexibilizar. Enquanto as doutrinas liberais clássicas do direito (e.g., Selden, Blackstone, Kant) rejeitavam veementemente a “equidade (no sentido aristotélico: como um corretivo para um direito geral rígio)”, com a crescente concentração de poder resultante do fortalecimento corporativo ela paulatinamente se inseriu nos sistemas jurídicos liberais. O conceito de “conspiração” da jurisprudência inglesa, o de “razoabilidade” da norte-americana e o de “boa moral” da alemã mostram como o direito geral “funciona melhor quando regula o comportamento de um grande número de competidores com forças aproximadamente iguais. Se tiver que tratar de concentrações de poder será substituído por medidas individuais clandestinas” (NEUMANN, 1969, pp. 190–1). Neumann interpreta o princípio da igualdade formal do pensamento liberal clássico como o ideal de dar condições legais equilibradas para o sucesso aos agentes sociais já em relativa posição de igualdade social, de modo que, com o fim da economia de pequena escala e o surgimento de oligopólios, a insistência no princípio de igualdade como meramente formal, recusando compensação às gigantes diferenças de poder emergidas, adquire um sentido inverso daquele originalmente pretendido pelo liberalismo clássico: “a liberdade de contrato, o meio pelo qual a livre competição foi garantida, tornou-se o dispositivo pelo qual a livre competição foi destruída” (NEUMANN, 2009, p. 258).

Esta flexibilização baseada na equidade, quando realmente visa compensar as “concentrações de poder” oriundas das desigualdades econômicas existentes, é talvez o único aspecto positivo deste processo de informalização do direito. Ao contrário de Weber, que identificava o processo de racionalização com o desenvolvimento do capitalismo — identificando como reacionários todos os movimentos anticapitalistas —, Neumann pretende mostrar como o

próprio desenvolvimento do capitalismo faz reverter seu sentido.⁴ Com a formação de monopólios o Estado se vê crescentemente confrontado com casos únicos, diante dos quais leis gerais não têm sentido:

Ambas as teorias e práticas legais passam por uma mudança significativa no período do capitalismo monopolista. O império da lei geral não é mais possível. Quando o Estado está confrontado com apenas um partido, um monopólio, não faz sentido estabelecer uma norma geral. A medida individual se torna a única expressão apropriada para o soberano. Ela não destrói o princípio de igualdade diante da lei, pois o legislador se encontra diante apenas de uma situação individual (NEUMANN, 2009, p. 445).

Atos administrativos se tornam crescentemente necessários devido à própria situação econômica. A falência de uma única grande empresa pode desestabilizar todo o mercado, de modo a ser necessária a intervenção estatal para a própria manutenção do sistema. Por outro lado, estas grandes corporações assumem poder suficiente para influenciar a política em prol de seus interesses particulares, por exemplo, por meio de *lobbies*. Política e economia se mesclam crescentemente, contrariando ainda mais o ideal liberal. Ainda mais, os monopólios se tornam suficientemente fortes para dispensar o direito formal, procurando, em vez, promover sua informalização e assim se livrar da necessidade de reciprocidade.

A norma individual é calculável para o monopolista porque ele é suficientemente forte para dispensar a racionalidade formal. Não só a lei racional é desnecessária para ele, ela é muitas vezes um peso para o desenvolvimento pleno de sua força produtiva, ou mais frequentemente, para as limitações que ele pode desejar; a lei racional, afinal, serve também para proteger o fraco. O monopolista pode dispensar a ajuda das cortes já que seu poder de comando é um substituto satisfatório. Seu poder econômico lhe permite impor seus desejos aos consumidores e trabalhadores mesmo dentro da forma contratual. Os contratos monopolísticos típicos transferem todos os riscos concebíveis ao consumidor, que devem arcar com todas as obrigações da lei (NEUMANN, 2009, pp. 446–7).

O capitalismo nesta forma monopolista se torna o coveiro do liberalismo.

Data de 1941, ano anterior à publicação de *Behemoth*, o famoso artigo de Friedrich Pollock, *Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações*, no qual seu autor defendia estar ocorrendo a substituição do capitalismo por uma forma econômica inteiramente nova, não mais regida pelo “motivo do lucro”, mas agora pelo “motivo do poder”. De acordo com Pollock, a nova administração da economia provocaria a transição de uma era predominantemente “econômica” para uma predominantemente “política”, na qual a figura do capitalista daria lugar

às do *manager* e do *rentier*. Ainda mais, o controle político da economia otimizaria a produção e o consumo, estabilizando a sociedade e restringindo o grau de insatisfação popular a níveis tratáveis e politicamente úteis (em particular, num “Estado totalitário”, os governantes manteriam o padrão de vida artificialmente baixo, projetando a insatisfação popular resultante para o exterior, de modo justificar e ampliar seu poder). Neumann recusa em certa medida o diagnóstico de Pollock (cf. NEUMANN, 2009, pp. 221–8), não só por ele postular uma espécie de abolição do capitalismo, como por também consistir numa formulação de um tipo ideal, de cunho pessimista, pouco coadunando com o método crítico; além de também fazer crer existir um centro político autônomo e soberano premeditando a estrutura econômica da sociedade, que, ao menos no caso nazi, principal preocupação de Neumann, de forma alguma representava o estado de coisas então existente. O regime nacional socialista, longe de ter uma estabilidade sólida e bem concebida, mais lhe parecia beirar o estado de guerra civil, tendo podido facilmente implodir-se caso o difícil acordo entre seus grupos dominantes se esfalesse. Por isso, em alternativa ao “capitalismo de Estado” de Pollock, Neumann descrevia a situação alemã como uma “economia monopolista totalitária”, fundamentalmente resultante da gradual concentração de poder nas mãos do grande capital e do consequente definhamento do *Rechtsstaat*.

Relativamente aos teóricos do chamado núcleo interior da Escola de Frankfurt, a posição de Neumann é de um marxismo em certos aspectos bem mais convencional, já que enfatizava muito mais visivelmente os antagonismos econômicos e sociais, capazes de serem corrigidos pela efetiva atividade política popular e democrática. Por isso, como veremos a seguir, ele liga a formação e sustento do nazismo ao contexto social mais recente da Alemanha — em particular à situação das suas elites que, para preservar seu poder e combater a perspectiva do socialismo, todo esforço fizeram para derrubar a democracia de Weimar. De todo modo, apesar de Neumann não ter uma análise histórica geral vinculada ao conceito de dominação (*tout court*) como outros frankfurtianos, nem por isso este conceito deixa de ser central em sua análise do nazismo, pois, o resultado do desenvolvimento da economia monopolista totalitária é, de fato, uma sociedade totalmente dominada.

O Beemote nacional socialista

No modo como Neumann compreende, o mais forte elo do nazismo com a história ocidental é o capitalismo, em suas tendências monopolistas e imperialistas, que efetivamente

aniquilaram o que havia de progressista na tradição liberal. Destarte, o imperialismo é tomado pelo autor como a chave de explicação para a compreensão do regime:

A dominação do mundo pode não ser o objetivo consciente do nacional socialismo, mas antagonismos econômicos e sociais o impulsionarão a estender seu reino muito além da Europa [...]. Atrás de uma massa irrelevante de jargões, banalidades, distorções e meias-verdades, podemos discernir o tema central, relevante e decisivo da ideologia: de que todas as doutrinas e valores tradicionais devem ser rejeitados, não importa se provenham do racionalismo francês ou do idealismo alemão, do empirismo inglês ou do pragmatismo americano, sejam liberais ou absolutistas, democráticos ou socialistas. Eles são todos hostis ao objetivo fundamental do nacional socialismo: a resolução pela guerra imperialista da discrepância entre as potencialidades do aparato industrial alemão e a efetividade que existia e continua a existir (NEUMANN, 2009, pp. 37–8).

Por isso, apresentamos a seguir alguns traços do modo como Neumann compreende aquele regime: na próxima seção, fazemos um breve excursus por alguns de seus elementos ideológicos, em seguida apresentamos suas técnicas de dominação, para então concluir com sua tese acerca da sua incompatibilidade com a soberania e a legalidade, características centrais do Estado moderno.

Pretextos ideológicos: racismo e antissemitismo

De acordo com Neumann, a junção do racismo com o antissemitismo tem uma importância fundamental na justificação da política imperialista nazi; contudo, ela se trata de uma estratégia relativamente convencional sua, dada a comum emergência de ideias racistas em países e períodos empenhados em aventuras coloniais e imperialistas.

Quanto ao racismo, o caso da ideologia americana do “fardo do homem branco” é típico, já que, num país forjado sob os auspícios do liberalismo, no momento em que se entretinha com guerras coloniais, surgiu exatamente para justificar a superioridade de seu povo frente às populações conquistadas. “É manifesto”, dizia então Josiah Strong, “que os anglo-saxões mantêm em suas mãos os destinos da humanidade, e é evidente que os Estados Unidos devem se tornar o lar desta raça, o assento principal desta força”. O que é manifesto ou evidente, entretanto, é que tal apelo racista é um substituto à ideia liberal de nação, pois esta se assenta na igualdade fundamental de todos os homens, e deste modo não tem como justificar qualquer domínio sobre o

estrangeiro. No modo como Neumann compreende, a ideia nacional acaba por ser um importante elemento do Estado moderno, por o contrato social baseado exclusivamente no interesse próprio, tal como formulado por Hobbes, não ser capaz de “tornar concreta a vontade geral” e manter unidas e distintas as sociedades entre si. O nacionalismo liberal por isso toma o Estado como o próprio elemento de fundação sobre o qual a nação se assenta. Em contraposição, sua versão étnica e racial, popular na Alemanha, possui um caráter antiliberal:

A ideia nacional usualmente anda de mãos dadas com o princípio democrático e com a soberania popular, e ambos eram extremamente desagradáveis aos teóricos e políticos alemães. A desunião alemã e as rivalidades entre os vários Estados e seus príncipes pode ter muito a ver com este desgosto. Em qualquer caso, sempre que os teóricos e políticos alemães falaram da nação, eles a divorciaram de quaisquer implicações jacobinas, democráticas ou políticas, isto é, de qualquer doutrina de soberania popular [...]. A ênfase na soberania da nação como tal equaliza todas as nações e constitui uma barreira contra a asserção da superioridade nacional. Se a nação se funda na decisão livre de homens livres, nenhuma nação é superior a qualquer outra. A soberania nacional restringe a expansão imperialista. De fato, sempre que Estados democráticos apelam a tal expansão, eles quase que invariavelmente abandonam o conceito nacional e glorificam atributos raciais e biológicos que supostamente os tornam superiores aos conquistados (NEUMANN, 2009, p. 103).

Por outro lado, o apelo racial também teve frequentemente a função doméstica de combate às ideias socialistas, que vinham se fortalecendo ao longo do século dezenove. Como exemplo, Neumann cita Friedrich List e Adolph Wagner, que tentaram se “contrapor às teorias socialistas da luta de classes por meio do repúdio do pensamento político liberal e da elaboração de um esquema de capitalismo de Estado que pudesse ‘incorporar’ as classes trabalhadoras e embeber o povo inteiro com o espírito de sua superioridade racial”. Wagner dizia explicitamente que o conceito de nação era perigoso por conferir às classes trabalhadoras igual direito, entregando-lhes o destino da nação e do Estado; enquanto List, “o primeiro nacional socialista articulado”, já defendia uma aliança com a Inglaterra para “conduzir os negócios do mundo, civilizar os países bárbaros selvagens, popular os ainda desabitados”, deste modo fortalecendo a Alemanha e combatendo a ameaça socialista. A proposta dos autores é simples e clara: por o liberalismo ser incapaz de combater o socialismo,⁵ deve-se promover uma regimentação estatal de modo a fomentar a economia e assim enfraquecer o poder político do proletariado.

O antissemitismo, por sua vez, tem uma longa história dentro e fora da Alemanha, mas sua associação com as teorias raciais oitocentistas viria a se mostrar uma panaceia explosiva; ou melhor, uma panaceia fanática, e por isso implosiva. O tema recorrente nestes escritos é a teoria

da conspiração mundial dos Sábios de Sião, segundo a qual alguns judeus teriam sido eleitos para conduzir o capitalismo mundial, enquanto outros para os movimentos socialistas, podendo assim maquirar conjuntamente para destruição do “arianismo”. A teoria é tão mirabolante e o fanatismo de seus defensores tão extremo que poucos a levaram a sério, excetuando uma pequena parte da classe média, que lhe parecia ter especial predileção.

Apesar do antissemitismo não ter sido em nenhum outro lugar tão ativamente apregoado quanto na Alemanha, ele fracassou em se arraigar na população; a agitação se tornou tão vigorosamente fanática que ela derrotava a si mesma. O movimento dos trabalhadores permaneceu imune a ela, e Bebel, o líder pré-guerra do partido social democrata alemão, foi ovacionado quando denunciou o antissemitismo como o “socialismo de tolos”. Em 1885 os conservadores retiraram o antissemitismo da sua plataforma e cortaram suas conexões com o partido antissemita, causando sua derrota parlamentar (NEUMANN, 2009, p. 110).

Algumas páginas adiante, após constatar não existir qualquer notícia de ataques a judeus espontaneamente realizados pela população alemã não vinculada ao partido nazi, apesar de toda a propaganda a que estava submetida, Neumann conclui: “A convicção pessoal do autor, tão paradoxal quanto possa parecer, é que o povo alemão é o menos antissemita de todos” (NEUMANN, 2009, p. 121). Não se trata de mera provocação uma tal afirmação, pois sua intenção básica é nítida e salutar: não aceitar ingenuamente a autodescrição do regime, procurando melhor compreendê-la em seu sentido e consequências, nos contextos nos quais é formulada. Nem ignorar o discurso nazi, nem tomá-lo em abstrato, como se, em abstrato, pudesse ser verdadeiro.

As bases do regime: propaganda e terror

Em grande medida esta atitude de Neumann de questionar a ideologia nacional socialista como tal, se devia à situação na qual se encontrava: exilado nos Estados Unidos, em plena guerra, não tinha como aceitar seus pronunciamentos e decretos *at face value*, mas não tinha outros recursos, além das notícias que lhe chegavam, para tentar alguma compreensão do regime; por isso uma leitura sintomática destes pronunciamentos e decretos fez-se necessária. Esta tendência, contudo, levou-o a simplificar (exageradamente, a meu ver) a questão problemática da ideologia,

chegando a descrevê-la explicitamente como um mero *arcanum dominationis*, uma técnica de manutenção do poder. No modo como Neumann compreende, a ideologia nazi é basicamente propaganda, qualquer que tenha sido a crença dos seus líderes nela.

A mixórdia de ideias heterogêneas, a constante adaptação às situações cambiantes, o apelo ao irracionalismo, os argumentos capciosos, o estilo abominável e inconsistente dos seus ideólogos, tudo indica a existência de uma razão oculta do regime. Neumann chega a sugerir que o nacional socialismo como que retornou ao século quatorze, nos primórdios do Estado moderno, período da “indulgência estatal, quando a ‘teoria’ não era nada mais do que um *arcanum dominationis*, uma técnica fora do certo e do errado, uma mera soma de dispositivos para manter o poder”. *De arcanis rerum publicarum*, publicado em 1605 por Arnold Clapmar, apresenta “similaridades impressionantes com o nacional socialismo na transformação do pensamento em técnicas de propaganda”. Aliás, Hitler tem um precursor bem expressivo em Cola di Rienzi, o demagogo romano do século quatorze (imortalizado pela ópera homônima de Wagner, predileta de Hitler) fundador de um regime protofascista, quando Roma passava por uma aguda crise econômica oriunda da transferência do poder papal para Avignon; regime este “marcado pela mesma mistura de astúcia e paixão que observamos na história recente da Alemanha”.

[Nestas situações] somos confrontados com massas cuja posição se tornou insuportável. Estas massas mostram tendências revolucionárias, seu ressentimento contra seus governantes aumenta na medida em que tomam consciência da sua frustração. O líder fascista moderno canaliza a inquietação de modo a deixar intocados os fundamentos materiais da sociedade. Em nosso tempo, isto só pode ser feito pela substituição do pensamento por celebrações mágicas, não só em cerimônias públicas mas também na vida cotidiana. Para alcançar este objetivo, o isolamento do indivíduo, característica da sociedade moderna, é intensificado ao máximo com a ajuda de uma imensa rede de organizações burocráticas e uma ideologia oportunista, infinitamente elástica (NEUMANN, 2009, p. 467).

Os nazistas só puderam chegar ao poder e lá se manter com o apoio dos estratos mais reacionários da sociedade alemã; Neumann destaca bem ao longo de seu livro o fato do regime nazi não ser homogêneo, mas caracterizado pelas disputas entre partido, exército, serviço civil e grande indústria, todos com objetivos próprios mas mutuamente dependentes, de modo a necessitarem comprometer-se uns com os outros. A ascensão do partido nazi provocou relativas poucas mudanças no exército, na burocracia estatal e na indústria monopolista, muito os beneficiando e promovendo uma situação de maior segurança do que tinham no período de

Weimar. Frente à situação anteriormente existente, é visível a saída a todos conveniente: a guerra imperialista.

A propaganda é um dos principais instrumentos do regime, pois quando não está no poder, o movimento nacional socialista “aproveita-se dos pontos fracos [*soft spots*] no corpo social”, utilizando qualquer teoria que se mostre útil (seja capitalista ou anticapitalista, autoritária ou antiautoritária, em defesa das minorias ou contra, pela reforma agrária ou contra, pela propriedade privada ou contra, pelo idealismo ou contra); no poder a propaganda assume outra função, vital para a sustentação do regime: manter as massas num constante estado de tensão, insistindo no ativismo sem pensamento, de modo a “fazer a ação de um aparato autoritário parecer a atividade espontânea das massas”. Isto é parte inerente da organização social promovida pelo nazismo. Neumann destaca cinco princípios de organização seus (cf. NEUMANN, 2009, pp. 400–3): 1) Por temer que corpos sociais minimamente autônomos se tornem focos de descontentamento e resistência, o nacional socialismo os incorpora e transforma em agências administrativas. 2) Ele promove a atomização do indivíduo pela destruição de todas as formas de solidariedade e espontaneidade que podem emergir das organizações sociais independentes. “A estrutura natural da sociedade é dissolvida e substituída pela ‘comunidade popular’ abstrata, que esconde a completa despersonalização das relações humanas e o isolamento entre os homens”, surgindo como resultado um indivíduo de tipo sadomasoquista, que “se regozija do poder e da glória do meio do qual se tornou parte”. 3) Para que essa massa indiferenciada possa ser controlada é criado artificialmente um novo tipo de diferenciação interna: as elites, que recebem toda sorte de privilégios e agem como “ponta de lança” dentro da massa amorfa. 4) Por sua vez, a propaganda “previne as massas de pensar [...]. A ideologia é um processo incessante de mudança e adaptação ao sentimento prevalecente das massas”. 5) Finalmente, o terror tem de estar constantemente presente, pois a propaganda se “desgasta” e precisa ser complementada com a violência física. A propaganda, que nada mais é do que “violência contra a alma”, tem de ser compreendida juntamente com o terror “como dois aspectos de um desenvolvimento único: a transformação do homem na vítima passiva de uma força onni-inclusiva que o bajula e o aterroriza, que o aviva e o envia a campos de concentração” (NEUMANN, 2009, p. 221).

Ainda mais, segundo Neumann esta ideologia da comunidade popular tem de ser complementada com o racismo antissemita para justificar a causa imperialista. A teoria de

Schmitt sobre a necessidade de um inimigo para manter a unidade popular “é verdadeira se a sociedade é agressiva. O novo inimigo é o judeu. Ao jogar todo o ódio, todo o ressentimento, toda a miséria sobre um inimigo que pode ser facilmente exterminado, mas não pode resistir, a sociedade ariana pode ser integrada num todo” (NEUMANN, 2009, p. 125). O inimigo tem de ter alguma presença política para poder ser visto pelo povo como a causa dos seus males, mas não deve ser capaz de reagir e se defender; esta é uma das principais razões para a Igreja Católica não ter sido eleita. Sob o ponto de vista da política exterior, o antissemitismo serve para justificar a invasão dos países imediatamente a leste, com população de cultura alemã e minorias judias. Para além destes países, o apelo a outras armas ideológicas fez-se necessário: a ideia tradicional e romântica do *grossdeutsche Reich* (donde provém a ideia do Terceiro Reich — que, contudo, na concepção de Stephan George, seu criador, tinha um sentido estritamente cultural, de acordo com a tradição humanista mais antiga da qual se origina) e a escola geopolítica com seu conceito de “espaço vital”. O modo como os nazistas as usam mostra-nos como

distorceram e alteraram doutrinas já existentes para encaixá-las em seu próprio esquema de ideias e ações. Eles não inventaram mais a geopolítica do que inventaram a ideia de um *grossdeutsche Reich*. O que fizeram foi explorá-las muito melhor que os imperialistas alemães anteriores (NEUMANN, 2009, pp. 137–8).

Esta ênfase na função propagandística da ideologia, mesclada ao terror como instrumentos de dominação, está intimamente ligada ao modo como Neumann compreende a organização da cúpula do regime, pois, longe de aceitar a autoproclamação do regime como objetivamente fundado sobre o poder carismático todo-poderoso de Hitler, o autor tende a vê-lo mais como um “agente de compromisso” entre os vários grupos dominantes, com a difícil tarefa de mantê-los suficientemente coesos e assim impedir sua derrocada. Que os plutocratas prefiram os autocratas é inegável, mas que a razão de ser do regime nacional socialista fosse a promoção dos interesses plutocráticos, eis uma tese mais polêmica de Neumann.

O Estado degenerado nacional socialista

De acordo com Neumann, ao contrário do ideal tradicional do *Rechtsstaat*, no regime nazi a mediação não se dava mais pela via legal e constitucional, vinculada à racionalidade formal do

direito liberal, porém por um personalismo justificado num obtuso carisma, que acabou por aniquilar não só a segurança da sociedade como também a própria soberania estatal. O regime nazi não é um governo legal, mas se assemelha muito mais a uma *clique*, a um *gangsterismo*, composto de grupos ligados por nada mais que violência e interesses exclusivos. A seguir, finalmente, apresentaremos os motivos pelos quais ele pensa não ser adequado descrever o regime nacional socialista como um Estado.

Em contraste com o fascismo italiano, que manteve até o fim do seu regime muito fortemente a ideologia do Estado totalitário, o regime nacional socialista apenas apelou a tal doutrina durante os primeiros anos do governo de Hitler, devido, segundo Neumann, a três motivos principais (cf. NEUMANN, 2009, pp. 49–51): 1) até a tomada de poder, o movimento nazi não tinha se distinguido adequadamente do fascismo italiano, destarte ainda tomava muito como referência seu jargão e objetivos,⁶ de modo que a expectativa dos estratos mais reacionários da população (“professores universitários, burocratas, oficiais do exército e grande industriais”), apoiadores do regime, era a de que Hitler restaurasse a dignidade perdida do velho Estado. 2) Ela também servia às necessidades do momento, pois muitos membros do movimento procuraram “agarrar todos os espólios e ofícios que conseguiam”, sendo necessário refreá-los para poder manter o apoio do exército, da burocracia e da grande indústria. 3) Um terceiro motivo está no fato da teoria do Estado totalitário ter servido de “instrumento para coordenar todas as atividades públicas. O controle absoluto de cima — a famosa *Gelichschaltung* (sincronização) das atividades federais, estaduais, provinciais e municipais — foi justificado com a doutrina do direito e poder total do Estado”. Foi com este processo de “sincronização” que Hitler conseguiu justificar o desmantelamento dos mecanismos legais que regulavam seu poder (com a aprovação da “lei habilitante” — *Ermächtigungsgesetz* — de 1933), assegurando seu completo domínio sobre a Alemanha.

Porém, quase no mesmo momento a ideia do Estado totalitário começou a ser atacada. Já em janeiro de 1934, Alfred Rosenberg denunciou que “o Estado totalitário, ou ‘abstrato’, pertencia ao período do liberalismo”, durante o qual ele estava acima da nação e seus representantes alegavam preeminência sobre os cidadãos. Mas não mais, pois agora o Estado seria uma “ferramenta da filosofia nacional socialista”, sob condução do partido.

Rosenberg indicou claramente as razões pelas quais ele denunciou a supremacia do Estado. A idealização do Estado, disse ele, implica a glorificação dos seus oficiais à

custa do movimento. Ele recomendou descontinuar o discurso sobre o Estado totalitário e enfatizar a totalidade da visão de vida nacional socialista (NEUMANN, 2009, p. 63).

Tal atitude está de pleno acordo não só com seu livro, *O Mito do Século Vinte*, “no qual denunciou o Estado, recusando-se a ‘ajoelhar no pó’ diante dele, e atacou Hegel”, como também com *Mein Kampf*, no qual Hitler expressa semelhante desprezo e alega que o Estado “não é um conceito moral ou a realização de uma ideia absoluta, mas é o servo do povo racial” (motivo pelo qual chega a defender o direito de resistência). O mito do século vinte referido por Rosenberg em seu livro não é o Estado, mas a raça.⁷ Também é expressivo o texto de Schmitt, *Estado, Movimento, Povo*, onde defende uma equivalente inversão entre “movimento” (i.e., partido) e Estado — apesar de, para sua infelicidade, ter mantido o povo numa posição subalterna, o que provocou muitos protestos apaixonados. Esta “revolta do partido” obrigou Hitler a abandonar a “arma ideológica” da doutrina totalitária.

De um modo geral, a situação resultante foi a formação de “quatro grupos sólidos e centralizados, cada um operando sob o princípio de liderança, cada com um poder legislativo, administrativo e jurídico próprio” (NEUMANN, 2009, p. 468), pois, apesar da reivindicação de monopólio ideológico, o partido não conseguiu penetrar nas burocracias ministeriais, industriais e militares, tendo grande parte seus antigos integrantes permanecido em seus postos. O partido é soberano no que concerne a polícia e a juventude, e seus membros não devem obediência aos oficiais ou tribunais civis, de modo que ele não mais pode ser tido como uma “corporação pública”. Houve uma verdadeira autonomização dos vários aparelhos burocráticos, já que o Estado, seu antigo laço de união, foi “abolido ideologicamente e em certa medida mesmo na realidade”. O substituto oferecido, a adoração carismática do Líder, não é adequado, pois vai “se esvaziar completamente assim que ele não prove seu valor, isto é, não seja bem sucedido”.

Nada resta senão lucro, poder, prestígio e, acima de tudo, medo. Desprovidos de qualquer lealdade comum e preocupados somente com a preservação de seus próprios interesses, os grupos dominantes romperão tão logo o Líder milagreiro encontre um oponente de valor. No presente, cada seção precisa das outras. O exército precisa do partido porque a guerra é totalitária. O exército não pode organizar a sociedade “totalmente”; isto é tarefa do partido. O partido, por outro lado, precisa do exército para vencer a guerra e assim estabilizar e mesmo ampliar seu próprio poder. Ambos precisam da indústria monopolista para garantir a expansão contínua. E todos os três precisam da burocracia para alcançar a racionalidade técnica sem a qual o sistema não consegue operar. Cada grupo é soberano e autoritário; cada é equipado com poderes legislativos, administrativos e jurídicos próprios; cada um é assim capaz de conduzir hábil e

inescrupulosamente os compromissos necessários aos quatro (NEUMANN, 2009, pp. 397–8).

Dado que a lei geral não é necessária para sua integração, suas decisões não precisam ser formalizadas (“tal como os ‘acordos de cavalheiros’ entre as indústrias monopolistas”), nem sua constituição ter qualquer estrutura formal. Em contraste com a situação italiana, na qual “o Grande Conselho do Fascismo e a Monarquia eram instituições bem separadas e distintas em relação ao Duce, [...] é impossível apontar o dedo para qualquer instituição nazi e designá-la como a agência na qual as decisões políticas são tomadas” (NEUMANN, 2009, p. 522), o que permite a Hitler evitar qualquer tomada de poder simplesmente pela ocupação de alguma instituição em particular; somente em coordenação têm poder. Mas sua coordenação não é formalizada ou legalizada, apenas personalizada na figura do Líder, como reconhecem Reinhard Höhn e Gottfried Neesse, os mais respeitados e articulados juristas nazis, que inclusive rejeitam o próprio conceito de Estado para no lugar defender que o Líder “age não só para o povo e no seu lugar, mas como o povo”. O Líder não é um órgão do Estado mas é a comunidade, utilizando como seus instrumentos o partido, o exército e a burocracia civil “só porque ele não pode fazer tudo pessoalmente” (NEUMANN, 2009, p. 469). O que o sofisma desta nova teoria da transubstanciação tenta fazer é justificar o fato óbvio de que não há mais direito ou lei na Alemanha, mas apenas uma pura e direta dominação, frente à qual o ideal do *Rechtsstaat* ou do império da lei não tem lugar.

Muitas medidas individuais com caráter de privilégios são promulgadas. A retroatividade não é mais proibida. Mesmo o princípio da igualdade diante da lei, o princípio fundamental do *Rechtsstaat*, é rejeitado [...]. Já que a lei é idêntica à vontade do Líder, já que o Líder pode mandar oponentes políticos para a morte sem qualquer procedimento jurídico, e já que um tal ato é glorificado como a realização mais alta da justiça, não podemos mais falar de um caráter específico da lei. A lei agora nada mais é do que um meio técnico de realização de objetivos políticos específicos. Ela é meramente o comando do soberano. Nesta medida, a teoria jurídica do Estado fascista é o decisionismo. A lei é meramente um *arcanum dominationis*, um meio para a estabilização do poder. (NEUMANN, 2009, pp. 447–8).

Tal situação representa qualquer coisa menos um *Rechtsstaat*.

Considerações finais

Dado o ano de publicação de *Behemoth* (1942), creio ser compreensível que Neumann tenha podido descrever a ideologia nazi meramente como um *arcanum dominationis*; até porque após a guerra viria a publicar uma resenha do livro *Ditadura e Polícia Política*, de Ernst Kohn-Bramstedt (ver NEUMANN, 1946), enfatizando a extrema irracionalidade do seu terror em contraposição às formas instrumentais de repressão das polícias secretas tradicionais. A exuberância do terror nazi obriga-nos hoje a levar a ideologia mais a sério do que *Behemoth* tendia a fazer. Pelo mesmo motivo, não me parece muito elucidativo descrever aquele regime como o Beemote, em particular por a guerra civil hobbesiana aniquilar toda organização social, tendência oposta à política imperialista e correspondente intensa regimentação social promovida pelo nazismo. Neumann só pôde utilizar uma tal metáfora por separar drasticamente a classe governante da governada, em alguma medida imunizando a primeira dos processos exercidos sobre a segunda.

De qualquer forma, se o regime nazi não é o Beemote, ele seguramente também não é o Leviatã; o domínio da teoria e história do direito moderno lhe permitiu compreender claramente, já em 1942, o que muita gente ainda hoje tem dificuldade em perceber. Ainda mais, suas discussões mais gerais sobre a sociedade moderna apresentam uma rara capacidade de elaboração de um teoria genuinamente crítica do direito, sem projetar sobre ele as aspirações emancipatórias que o movimento socialista outrora carregava. Por mais positivamente que Neumann o tivesse em conta, ainda assim o direito não lhe era uma espécie de *Ersatz-Utopie*, como nalgumas vertentes “pós-críticas”, hoje tão populares.

Notas

¹Uma breve biografia: nascido de uma família judia em 1900, próximo à cidade de Cracóvia, Neumann participou da Revolução Alemã de 1918 e se tornou membro ativo do Partido Social-Democrata Alemão. Formado em direito (e tendo aulas com Carl Schmitt, sem, porém, ter sido propriamente um discípulo seu), atuava como advogado de vários sindicatos e era conselheiro legal daquele partido quando Hitler subiu ao poder, motivo pelo qual foi imediatamente preso. Solto após um mês, emigrou para a Inglaterra, onde estudou ciência política e defendeu sua segunda tese de doutorado, sobre o conceito de império da lei. Em 1936 tornou-se membro do Instituto de Pesquisa Social, vindo a participar ativamente dos seus debates internos nos anos seguintes, quando se mudou para os Estados Unidos. Com a publicação de *Behemoth* em 1942 ganhou notoriedade e no ano seguinte assumiu um posto no Escritório de Serviços Estratégicos (OSS) do governo americano, onde participava da concepção da política de reconstrução da Alemanha pós-nazi (juntamente com Herbert Marcuse e Otto Kirchheimer, amigos próximos seus). Após a guerra, auxiliou na promotoria dos julgamentos de Nuremberg, tornou-se professor respeitado na Universidade de Columbia, incentivando a promoção da ciência política nos Estados Unidos, e ajudou a fundar a Universidade Livre de Berlim. Morreu em 1954 num acidente automobilístico, deixando incompletos alguns estudos sobre psicologia política e teoria da ditadura. Boa parte de seus escritos de teoria política foi reunida e publicada postumamente por Marcuse sob o nome de *Estado Democrático e Estado Autoritário*.

²Trata-se de uma atitude compartilhada com Marcuse, que também tinha o objetivo claro de combater tanto a apropriação nazi-fascista de Hegel, quanto os ataques anti-hegelianos (marxistas ou antimarxistas). Marcuse, no ano anterior à publicação de *Behemoth*, publicou *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*, onde contrapõe Hegel ao “positivismo”, caracterizado pelo autor como a aceitação acrítica dos fatos (da existência, da positividade etc.) e que teria se desenvolvido na Alemanha justamente em oposição à filosofia hegeliana, tida então como negativa e racionalista, exigente da justificação de tudo perante a razão, e por isso perigosa para o poder constituído. O cerne da filosofia hegeliana seria a afirmação de que “o pensamento deve governar o mundo” e que a Revolução Francesa teria conseguido vencer a injustiça ao estabelecer um Estado “racional” (o que, obviamente, para Marcuse era no máximo uma meia-verdade). De todo modo, Neumann e Marcuse recomendam-se mutuamente para o aprofundamento dos respectivos tópicos (ver NEUMANN, 2009, pp. 462, 483; MARCUSE, 1978, p. 388).

³“Os liberalismos econômico e político não são gêmeos. Hobbes era economicamente liberal e politicamente absolutista, e Locke era economicamente mercantilista e politicamente liberal. O liberalismo econômico pode-se casar com qualquer teoria política [que respeite o mercado]. A teoria econômica de Pareto é certamente liberal, mas sua política é não somente absolutista, mas também autoritária” (NEUMANN, 1969, p. 286).

⁴Ou talvez seja mais adequado dizer que Neumann rejeita completamente a tese weberiana: não era o capitalismo o que realmente fomentava a racionalização do direito, mas a relativa igualdade e independência econômica burguesa (a “democracia social”, como às vezes nosso autor chama; “social democracia” seria um nome mais sugestivo). Com isto também pôde resolver a questão do direito inglês: como explicar sua pouca formalização no país mais avançado economicamente? Além da sugestão de que o domínio do parlamento inglês pela burguesia a permitia ter um controle “genético” do direito, não precisando apelar tanto quanto a alemã à formalidade da lei para sua segurança, Neumann também sugere que este domínio a permitiu bloquear sua racionalização na medida em que isto fosse beneficiar além do necessário as classes mais pobres (NEUMANN, 1969, p. 56).

⁵O que também me parece significar: o liberalismo é incapaz de combater o socialismo porque não há realmente qualquer incompatibilidade fundamental entre os dois.

⁶“O fascismo exaltou o Estado porque ao longo da história italiana o Estado sempre foi fraco. A unificação da Itália, que ocorreu mais ou menos no mesmo tempo da unificação da Alemanha, não levou à criação de um poder estatal forte. A Itália permaneceu um país dividido por agudos antagonismos geográficos, econômicos e sociais [...]. Uma Itália democrática teria a mesma necessidade, apesar de que teria empregado diferentes métodos e agido por motivos diferentes. Tudo isto, porém, explica porque os apologistas do Estado são tão centrais na ideologia fascista” (NEUMANN, 2009, pp. 76–7).

⁷Neumann tem uma interessante resenha do livro de Ernst Cassirer, *O Mito do Estado*, onde questiona a ideia de que o movimento nazi vivia sob um tal mito, chamando atenção para o fato de que duas das três fontes ideológicas destacadas por Cassirer (Carlyle e Gobineau) nem sequer terem formulado uma teoria do Estado. Carlyle tinha uma

espécie de adoração do heroísmo político, enquanto Gobineau defendia um racismo basicamente reacionário, voltado para a política interna, com objetivo de restaurar os privilégios perdidos da aristocracia. A filosofia racionalista de Hegel, a suposta terceira fonte ideológica, de forma alguma pode ser dita formular um mito, além de ser “impalatável para o ‘dinamismo’ nacional socialista”, como o próprio Cassirer reconhece. Aliás, como fica explícito nesta resenha, para Neumann não só o liberalismo tem uma visão instrumental do Estado, como também o nazismo: “Para o liberalismo, o Estado é um meio de promoção dos direitos dos indivíduos; para a democracia, o agente que guarda os interesses da nação; para o bolchevismo, o aparato para realizar a ditadura do proletariado sob a condução de sua vanguarda; para o nazismo, um entre os vários instrumentos para o bem-estar do povo racial sob a liderança do partido” (NEUMANN, 1947, p. 435).

Referências

COTTERRELL, R. “The Rule of Law in Corporate Society: Neumann, Kirchheimer and the Lessons of Weimar”. *The Modern Law Review*, vol. 51, nº 1, 1988, pp. 126–140. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1095883>, acesso 29 de maio de 2012.

HEGEL, G. W. F. *Elements of the philosophy of right*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Ícone, 2008.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARCUSE, H. *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEUMANN, F. L. “Dictatorship and Political Police, de Ernst Kohn-Bramstedt”. *Political Science Quarterly*, vol. 61, nº 3, 1946, pp. 451–453. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2144652>, acesso 29 de maio de 2012.

_____. “The Myth of the State, de Ernst Cassirer”. *Political Science Quarterly*, vol. 62, nº 3, 1947, pp. 433–436. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2144301>, acesso 29 de maio de 2012.

_____. “The War Crimes Trials”. *World Politics*, vol. 2, nº 1, 1949, pp. 135–147. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2009112>, acesso 29 de maio de 2012.

_____. “The Law of the Soviet State, de Andrei Y. Vyshinsky”. *Political Science Quarterly*, vol. 64, nº 1, 1949, pp. 127–131. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2144192>, acesso 29 de maio de 2012.

_____. “Approaches to the Study of Political Power”. *Political Science Quarterly*, vol. 65, nº 2, 1950, pp. 161–180. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2145519>, acesso 29 de maio de 2012.

_____. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. *The Rule of Law: political theory and the legal system in modern society*. Leamington Spa: Berg, 1986.

_____. *Behemoth: structure and practice of National Socialism, 1933–1944*. Chicago: Ivan R. Dee, 2009.

NEUMANN, F. L.; KIRCHHEIMER, O. *The Rule of Law under Siege*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1996.

OFFE, C. “The Problem of Social Power in Franz L. Neumann’s Thought”. *Constellations*, vol. 10, nº 2, 2003, pp. 211–227. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8675.00325/abstract>, acesso 29 de maio de 2012.

PEDROSO, G. J. T. “Entre o capitalismo de Estado e o Behemoth: o Instituto de Pesquisa Social e o fenômeno do fascismo”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, vol. 15, 2009, pp. 151–17. Disponível em <www.fflch.usp.br/df/cefp/Cefp15/pedroso.pdf>, acesso 29 de maio de 2012.

PIEP, K. H. “A Question of Politics, Economics, or Both?”. *Cultural Logic*, vol. 7, nº 2004, Disponível em <http://clogic.eserver.org/2004/piep.html>, acesso 29 de maio de 2012.

RODRIGUEZ, J. R. “Franz Neumann, o direito e a teoria crítica”. *Lua Nova*, vol. nº 61, 2004, pp. 53–73. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000100004&lng=en&nrm=iso, acesso 29 de maio de 2012.

SALZBORN, S. *Kritische Theorie des Staates*. Baden: Nomos, 2009.

SCHEUERMAN, W. E. *Between the norm and the exception: the Frankfurt school and the rule of law*. Cambridge: MIT Press, 1994.